

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Vastas fronteiras e mundos plurais

Gestão 2020-2024

*nem tudo aquilo que assombra
à escuridão nos reduz
ouvi dizer que onde há sombra
é certo que haverá luz.*

Moraes Moreira¹

Programa de gestão

2020-2024

Apresentação

Ana Maria Loffredo

Gustavo Martineli Massola

Apresentamos nossa candidatura para a Direção e Vice-Direção do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, para o período compreendido entre 2020 e 2024, inspirados pela perspectiva da importância fundamental de uma Universidade pública, gratuita, plural, de excelência, democrática, laica, autônoma e estreitamente vinculada à diversidade das demandas sociais. Esses PRINCÍPIOS descortinam o horizonte que deve nos iluminar, de modo enfático, no atual momento conturbado que atravessamos em nosso país, em que não só os valores democráticos estão sendo confrontados com violência e sem escrúpulo, como a educação e a cultura têm sido alvo de ataques sistemáticos e veementes, para perplexidade e indignação da comunidade acadêmica. A este cenário preocupante se articulam as demandas urgentes, em todos os âmbitos, vinculadas ao surgimento da recente pandemia do COVID-19 que afeta a todos nós.

¹ Poeta, compositor e cantor. Última postagem no Facebook. Jornal O Estado São Paulo, 14/04/2020, p. H1.

Na multiplicidade de espaços desenhados pelas *Vastas fronteiras e mundos plurais* em que nos movimentamos, devemos nos apropriar, a cada passo, dos princípios subjacentes ao exercício de nossas múltiplas funções. Assim se apresenta a “Missão” do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, no trabalho coletivo que convergiu para seu último Projeto Acadêmico (2018-2022), missão esta que se recorta de modo agudo, nas circunstâncias inéditas que nos assolam, cujos desdobramentos nos convocam a exercer nossas especificidades e a cultivar, de modo imperativo, o convívio nas fronteiras de nossas singularidades:

Formar psicólogas e psicólogos, docentes, pesquisadoras e pesquisadores comprometidos com os princípios democráticos e ético-políticos da ciência e da profissão em Psicologia e com as realidades social, econômica, educacional, cultural, política e ambiental do país; profissionais detentores de uma formação crítica, diversificada e abrangente, articulada ao ensino, à pesquisa, à cultura e à extensão sobre sólidas bases conceituais e metodológicas, para atuar no ensino, na geração e disseminação da pesquisa, produção científica, atendimento à comunidade e políticas públicas, visando enfrentar as desigualdades e promover a definição, conquista e acesso a direitos, nas esferas da saúde, educação, justiça, assistência social e cultura (p. 6)

O delineamento desse perfil de compromissos se insere no quadro atual pertinente à Universidade de São Paulo, em que se recorta um conjunto de questões que têm mobilizado, intensamente, nos últimos anos, a comunidade acadêmica. Entre elas, merecem destaque: a questão dos parâmetros de sustentabilidade econômico-financeira que regem as decisões orçamentárias; os processos de avaliação institucional e de avaliação dos docentes; a questão do achatamento dos salários dos profissionais mais jovens e do novo regime de aposentadorias, à qual se articula um aumento significativo de pedidos de desligamento voluntário de docentes - com evidentes desdobramentos não só nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, como no risco de comprometimento da interação que deve, por princípio, atravessar esses três pilares do exercício acadêmico; as formas de controle e registro do trabalho, que se instalaram com a implantação do relógio de ponto; as implicações que ainda ocorrem em função do PIDV; os problemas envolvendo os profissionais terceirizados; o incremento de formas preocupantes e emergenciais de expressão de sofrimento psíquico, no

interior dos *campi* da USP; a atenção às potencialidades e vulnerabilidades decorrentes dos novos perfis discentes; as restrições no funcionamento das creches e do Hospital Universitário.

Desse conjunto de motivações, em sua articulação com os princípios que fundamentam nossas aspirações para o Instituto de Psicologia nos próximos quatro anos, derivam as DIRETRIZES GERAIS que orientam este Programa de Gestão.

Em primeiro lugar, o incremento do teor democrático das relações sociais, no geral, por meio das peculiaridades da ação universitária, no âmbito dos processos decisórios internos do IP, da interação de seus integrantes com as diversas instâncias da Universidade e da relação do IP com o amplo espectro dos vários segmentos da sociedade.

Em segundo lugar, o enfrentamento consistente e consequente do momento atual de pandemia, que já provocou uma ruptura com nossas maneiras habituais de realizar nossas atividades acadêmicas e que, certamente, irá exigir criatividade, empenho e colaboração de toda a comunidade do Instituto de Psicologia frente às incertezas dele decorrentes.

Em terceiro lugar, o fortalecimento dos canais de comunicação já existentes e o estímulo à criação de novas modalidades de comunicação, envolvendo todos os segmentos do Instituto de Psicologia, para propiciar espaços diversificados de acolhimento e de discussão das demandas, especialmente necessários, frente ao ineditismo do momento em que nos encontramos.

Na perspectiva dessas diretrizes e em função das temáticas apresentadas anteriormente, que atravessam múltiplas dimensões e registros diversos, tanto no âmbito da USP como do Instituto de Psicologia, optamos por apresentar as linhas gerais que desenham nosso Programa de Gestão em três VERTENTES. Embora elas mantenham algum grau de autonomia, no sentido de suas especificidades, só podem ser abordadas nas relações de interferências recíprocas que mantêm entre si: acadêmica, administrativo-financeira e convívio institucional.

Acadêmica

1. Esta vertente deve se alinhar ao esforço conjunto de servidores docentes e técnico-administrativos e alunos, no sentido da criação contínua e da manutenção regular das condições concretas para que se realize, em todos os níveis, a articulação estreita que se almeja entre docência, pesquisa e cultura e extensão.

Conjugação de perspectivas de ação que pretende garantir a participação efetiva do Instituto de Psicologia da USP nos âmbitos da formação continuada de alunos, docentes, pesquisadores e profissionais em Psicologia e áreas afins, no amplo espectro que dá sustentação à diversidade teórico-metodológica que compõe nossa disciplina. Essa pluralidade de instrumentos, que constitui uma das riquezas inquestionáveis de nossa área, que define nossa identidade e recorta o espaço específico que ocupamos nesta Universidade, converge para um valioso conjunto de subsídios que nos permitem inserção em políticas públicas nas áreas de educação, assistência social e saúde, entre outras, as quais visam a garantir o pleno respeito aos direitos humanos. De modo que esse entrelaçamento entre docência, pesquisa e cultura e extensão propicia que a transmissão e produção de conhecimento se vincule, de modo constitutivo, a demandas sociais concretas, respondendo ao interesse público e contribuindo, efetivamente, no sentido da conquista de uma sociedade justa e igualitária.

Entretanto, não podemos nos esquecer do impacto produzido, em todas as atividades desenvolvidas no IP, pela diminuição do número de servidores docentes e técnico-administrativos nos últimos anos (por exemplo, entre março de 2018 a março de 2019, houve uma redução de 96 para 76, entre os primeiros, e de 142 para 125, entre os segundos).

Todos nós já estamos sentindo os desdobramentos desse período crítico, que tem demandado a distribuição de compromissos e o conseqüente prejuízo nas várias atividades desenvolvidas por alunos, docentes e funcionários; entre elas, por exemplo: disciplinas obrigatórias de graduação precisam de atendimento de emergência, com a montagem de um *pool* de docentes para que não deixem de ser

ministradas; disciplinas optativas sofrem a redução de suas ofertas; estágios ficam comprometidos; atividades técnico-administrativas produzem sobrecarga para funcionários; laboratórios e serviços têm seu funcionamento interrompido.

Impossível não enfatizarmos essa situação tão problemática, no momento de elaborarmos um Programa de Gestão, ainda em meio a uma pandemia que incrementa os obstáculos para a realização de nossas atividades básicas.

Nesse sentido, as linhas gerais que sustentam este Programa devem considerar três momentos distintos. O primeiro, relativo ao momento do isolamento físico, em virtude da pandemia relacionada à Covid-19 - momento insólito e cujos desdobramentos nos são desconhecidos. O segundo, o momento da reabertura das atividades presenciais na Universidade, em que será necessário planejar as adaptações necessárias à retomada das atividades cotidianas (como, por exemplo, reposição de aulas e realização de bancas de defesa que estejam suspensas). O terceiro, o momento posterior à normalização das atividades, o qual, em princípio, deveria implicar um retorno às atividades corriqueiras do IP - de fato, porém, não é possível saber exatamente como e quando será este momento. As sociedades que vivem este processo há mais tempo caminham para períodos consecutivos e contínuos de abertura e fechamento, decorrentes das avaliações momentâneas sobre o grau de espalhamento da epidemia em seus países, e é possível que vivamos algo semelhante. Por esta razão, é necessário que nos preparemos para um futuro próximo em que nossas atividades se deem de formas muito diferentes daquelas a que estamos habituados, até que novas orientações nos cheguem dos órgãos de saúde.

De modo que será crucial o empenho de todos, cada qual com suas especificidades, habilidades e talentos, para que nos reajustemos a essas condições tão inóspitas e possamos continuar a desempenhar nossas funções com a dedicação que nos é peculiar. Nesse contexto, caberá à gestão estar particularmente sensível às demandas inéditas que deverão surgir a partir desse quadro deficitário, desde que não parece sensato esperar que essa situação melhore, nem a curto, nem mesmo a médio prazos. E, nesse sentido, orquestrar essas variáveis, abordando-as em seu conjunto e em suas derivações recíprocas: por exemplo, já estamos observando as consequências da falta de bolsas de

Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado, com evidente repercussão na docência, pesquisa e extensão - como nos organizamos para o enfrentamento da manutenção dessa situação?

2. Uma vez alinhados ao Projeto Acadêmico do Instituto de Psicologia (2018-2022), devemos destacar a importância crescente, em função das circunstâncias atuais, do acompanhamento permanente dos currículos de Graduação e Pós-Graduação, no sentido de eventuais alterações que se fizerem necessárias, sempre respeitando o papel institucional da Comissão de Graduação, da Comissão de Pós-Graduação e das Comissões Coordenadoras dos Programas. Se a atenção ao acompanhamento regular do currículo para seu aprimoramento permanente sempre foi uma perspectiva presente entre nós, torna-se, neste momento, um imperativo.

Nesse sentido, do ponto de vista da grade curricular e dos procedimentos pedagógicos, o debate consistente sobre disciplinas *on line* não pode mais ser adiado, pois, em virtude da obrigatoriedade do isolamento físico, um elevado número de disciplinas passou a ser ministrado por meios eletrônicos em toda a Universidade, e muitos colegas do IP solicitam interlocução e apoio técnico, político e pedagógico para lidarem com as consequências dessas práticas; ao que tudo indica, as disciplinas interdepartamentais necessitam de apoio específico; temas, sub-áreas e autores que deixaram de ser estudados, em virtude de aposentadorias ou rearranjos departamentais, aguardam encaminhamentos com a maior brevidade possível.

No âmbito de demandas estudantis específicas, queremos destacar algumas questões que devem merecer nossa atenção: os coletivos discentes precisam ser amplamente reconhecidos como atores institucionais relevantes; as políticas de inclusão voltadas a populações de baixa renda, aos pretos, pardos e indígenas devem ser continuadas e aprimoradas, e um vestibular específico para populações indígenas deveria ser posto em discussão; além disso, em seu amplo espectro de possibilidades, devem ser viabilizados, sempre que estiver em nosso alcance, os programas de apoio à permanência estudantil na USP e iniciativas que visem à criação de canais, não só na dimensão acadêmica, que permitam um acompanhamento mais próximo dos alunos de graduação e de pós-graduação.

Nesse contexto, deve ser inserida a importância da manutenção e valorização de espaços de convivência já longamente usufruídos (como a Praça do Apego) e recentemente conquistados (como a sala dos alunos e alunas de pós-graduação), cujo valor como instrumentos de formação não deve ser menosprezado, desde que podem propiciar um veículo de mediação e de apropriação - especialmente quando se considera a crescente e desejada diversidade, em diferentes dimensões, desses estudantes - e podem estimular sua autonomia e seu protagonismo como atores institucionais.

Em virtude do lugar proeminente que o Centro-Escola do IP (CEIP) ocupa na formação dos alunos, desde que é emblemático como expressão da busca da articulação coletiva entre docência, pesquisa e extensão, devemos zelar para que se mantenham as condições necessárias para seu funcionamento adequado e, também, que se atualizem e se veiculem, regularmente, as informações pertinentes aos inúmeros trabalhos que são ali desenvolvidos. Para tanto, devemos respeitar o percurso do que foi conquistado até agora, em termos dos encaminhamentos institucionais que dão suporte a seu funcionamento cotidiano, colocando-nos à disposição, na perspectiva de um trabalho conjunto, para acompanharmos as demandas que se apresentem e para cujo encaminhamento nossa participação seja necessária. Basta nomearmos, mesmo que brevemente, os Serviços e Laboratórios alojados no CEIP, em cujas atividades estão implicados membros de todos os departamentos do IP. São seis (6) Serviços: Psicologia Escolar (SePE), Aconselhamento Psicológico (SAP), Rede de Atenção à Pessoa Indígena (interdepartamental), Clínica Psicológica Durval Marcondes, Orientação Profissional (OP), Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho (CPAT), o segundo deles interrompido, temporariamente, em função da redução do número de profissionais. E vinte e um (21) Laboratórios, distribuídos entre os departamentos².

3.No âmbito da pós-graduação e das atividades de pesquisa devemos ter como perspectiva, evidentemente, a formação de Mestres e Doutores, à qual os Programas do IP têm se dedicado de modo exemplar, alinhando-se à importância do estímulo à formação de redes de pesquisadores, tanto no plano nacional como

2 LEFE, LEDA, LIEPP, (interinstitucional), LEP, LITEP, (interunidades), CAIS, Cérebro lesado e deficiente sensório-motor, Psicofísica e eletrofisiologia visual clínica, Apoiar e Ser e Fazer, psiA, LABPSI, Terapia comportamental, Jacques Lacan, Sucor, Chronos, Labcafam, Prosofon, Psicanálise e sociedade - Veredas (interinstitucional), LIPSIC (interdepartamental e interinstitucional).

internacional. Sempre em consonância ao perfil das proposições formuladas no Projeto Acadêmico (2018-2022), e levando-se em conta as enormes restrições financeiras recentes impostas aos Programas e às atividades de pesquisa, devemos estar atentos a estimular os processos de internacionalização, em sua relação com a questão da captação de recursos, em estreita articulação às Comissões de Graduação, Pós-graduação, Pesquisa e Cultura e Extensão. Nesse sentido, a CCINT deve ocupar um papel privilegiado, em termos da visibilidade que pode propiciar para nossas atividades de trocas de experiência de cooperação e no estímulo à mobilidade para os alunos de graduação e de pós-graduação, consolidando os convênios e as relações do IP com instituições acadêmicas internacionais.

No fortalecimento da articulação entre atividades de ensino, pesquisa, cultura e extensão, não é demais enfatizar a importância de que essa articulação implique o exercício de cooperação entre Departamentos, Programas de pós-graduação, Biblioteca e Centro Escola do Instituto de Psicologia, fronteiras que contornam espaços institucionais cujas especificidades são convocadas, justamente, para destacar e alimentar um dos elementos constitutivos do perfil identitário do IP, que se expressa no endereçamento de suas múltiplas atividades a políticas públicas e sociais.

Além desse intercâmbio interno, as tarefas acadêmicas poderiam se beneficiar de uma maior colaboração com outras unidades da USP, garantindo o exercício consistente de uma atitude interdisciplinar. Na mesma linha, articulada à criação de conhecimento, a formação discente será beneficiada pelo intercâmbio com atores sociais, com destaque para aqueles em situação de vulnerabilidade, risco ou perigo, que poderão oferecer-se - e também beneficiar-se - como interlocutores na constituição de campos de estágio, pesquisa e formação para a ação de estudantes como pesquisadores, estagiários, agentes de formação e de processos de transformação social mais direta.

4.O período posterior ao isolamento físico, em virtude da pandemia de COVID-19, será, provavelmente, de intensas discussões a respeito das formas de reposição das atividades suspensas e de seu conteúdo - especialmente, mas não apenas, no

caso das aulas. Como garantir um processo de reposição que mantenha a reconhecida qualidade da formação discente, considerando a heterogeneidade da situação das disciplinas ministradas no IP? Além disso, como garantir que teses e dissertações sejam avaliadas, com a mesma qualidade, por bancas que deverão acumular-se no período imediatamente posterior à retomada das atividades presenciais? Grupos de estudo, atividades de monitoria, projetos de pesquisa e extensão com bolsa (PUB ou outras) ou sem bolsas que tiverem sido suspensos, como poderão ser realizados quando, possivelmente, o corpo discente estará às voltas com todo o amplo rearranjo necessário para retomar suas atividades cotidianas no IP e em suas vidas privadas? A administração do IP deverá atentar para que tais processos não tornem ainda mais custosos, pessoalmente, os calendários de reposição dessas atividades.

5. A pesquisa, marca fundamental de uma universidade como a USP e parte do tripé inseparável das atividades acadêmicas, precisa ser considerada tanto em seus aspectos administrativo-burocráticos (sobre os quais falaremos adiante) quanto, mais propriamente, em seus aspectos acadêmicos, ou seja, relativos ao seu conteúdo e a sua relação com as demais atividades acadêmicas (ensino, cultura e extensão, internacionalização). Assim, parece-nos possível coletar e analisar informações sobre os principais eixos ou temas de pesquisa desenvolvidos no IP, comunicando aos colegas, para além dos relatórios já elaborados e divulgados em encontros científicos, um quadro geral dos campos de interesse dos docentes, discentes, Programas de Pós-Graduação e laboratórios. Sabemos que a atividade de pesquisa, na atualidade, constitui-se como um empreendimento fundamentalmente coletivo. Catalisar redes de colaboração entre os membros do IP parece-nos uma primeira forma de colaborar com esse esforço. Em um segundo momento, que pode coincidir com este primeiro, tais redes podem ser relacionadas com grupos, organizações, redes e movimentos sociais externos à Universidade e com as quais tais grupos podem colaborar. Uma ampla discussão sobre como articular pesquisa básica e aplicada à formação, nos níveis da graduação e da pós-graduação - discussão sempre conduzida em conjunto com as comissões estatutárias e não-estatutárias do IP -, deve estar sempre no nosso horizonte de interesse.

6. Nesta vertente acadêmica, no âmbito de nossa interlocução com os órgãos centrais de gestão da USP, embora esta questão seja retomada posteriormente, devemos enfatizar a necessidade de criarmos condições para a discussão e o acompanhamento regular das questões mobilizadas pelos processos de avaliação docente e institucional, que têm tido muito peso na vida acadêmica, com eventuais encaminhamentos propositivos, considerando que as métricas utilizadas para avaliar e comparar o desempenho docente nem sempre correspondem às especificidades de nossa área do conhecimento e de nossas práticas acadêmicas.

7. Finalmente, queremos registrar a importância da implantação do Curso Noturno no IP, projeto que foi aprovado, depois de um longo processo de conquista e que alimentou, durante muitos anos, nossas expectativas de uma mudança estrutural de grande alcance para a graduação, mas que não pôde ser viabilizado, até o momento. Embora não vislumbremos as condições concretas, no atual contexto do IP e da USP, para dar encaminhamento a essa realização tão fundamental, e, nesse sentido, a rigor, não faça propriamente parte de nosso Programa, entendemos como crucial nomeá-lo como um horizonte que deve fazer parte da configuração de projetos futuros. Nesse quadro, ousamos acrescentar a esse futuro, que, esperamos, não demore tanto assim, a sugestão de que essa ideia possa se estender ao âmbito da pós-graduação.

Administrativo-financeira

1. A administração de uma unidade como o IP é tarefa de enorme complexidade que exige o esforço coordenado de muitas pessoas. Por sabermos disso, compreendemos que toda a intrincada gama de decisões a serem tomadas na condução das atividades corriqueiras do Instituto não cabe em um documento como este. Podemos, porém, indicar linhas gerais de ação e pontos nodais de nossa atenção, sem querer implicar que outros assuntos relevantes não estarão sob nosso atento exame.

Enquanto perdurar a recomendação de isolamento, os funcionários deverão ter sua integridade física protegida, evitando-se sua presença no IP. A coordenação das atividades administrativas, que merecerá atenção quando discutirmos a próxima vertente, deverá ser feita por meios eletrônicos de comunicação, durante o período de isolamento. Para isso, daremos continuidade ao uso de recursos eletrônicos de comunicação mais rápida que o e-mail e testaremos o uso de novos recursos de colaboração³. Reuniões periódicas e frequentes deverão ser mantidas. Procuraremos avaliar se, após passado o período inicial de planejamento para o isolamento, tais reuniões poderão ser espaçadas ou ter sua duração reduzida, em função do uso de outras formas de comunicação.

2. Para que a articulação entre as diversas instâncias do IP seja bem-sucedida, é fundamental que a diretoria conte com o apoio dos grupos e comissões, estatutárias ou não, em que se estrutura a cadeia decisória do Instituto. Por esta razão, será parte de nossas prioridades apoiar o trabalho dessas comissões com os encaminhamentos necessários e, eventualmente, no caso das não-estatutárias, apoiar a condução ou recondução de seus membros.

Como exemplo, e por razões específicas, o Núcleo de Publicações do IP, de caráter não estatutário, merece ser aludido. O Núcleo foi criado para articular o conjunto da produção bibliográfica do Instituto, apresenta caráter estratégico na comunicação com a sociedade e deve ter seu funcionamento fortemente apoiado. Por razões alheias aos participantes e à administração, apesar do importante trabalho que desempenhou nos últimos anos, seu funcionamento esteve aquém de sua missão,

³ Por exemplo, como é o caso do *Slack* (<https://slack.com/intl/pt-br/>)

em grande medida, em decorrência dos ajustes necessários, após os planos de demissão voluntária e os cortes orçamentários nos anos anteriores. Uma reformulação nos veículos de difusão e disseminação científica do IP pode ser proveitosa, em acordo e com o planejamento do Núcleo, cuja composição deve ser garantida e retomada, se for necessário.

Outra dessas comissões, o IP-Recicla, deve desempenhar papel central nos próximos anos, sendo especialmente necessário apoiar sua articulação com outras instâncias ou unidades, como o USP Sustentabilidade ou o curso de Gestão Ambiental. Também deve ser nomeada a Comissão Pode Contar IP, que trata das relações interpessoais “violentas”, em especial de gênero e sexo. O Grupo de Trabalho da Comissão de Graduação sobre reestruturação curricular, em conjunto com outras inúmeras instâncias, deverá ter destaque na condução das reflexões do IP sobre as mudanças pelas quais o currículo deverá passar, tanto pelos debates que já ocorriam nos últimos anos quanto pelas transformações impostas pelo período de isolamento físico. A retomada de uma instância de apoio à pesquisa no IP, especialmente, mas não apenas, voltada ao auxílio com os trâmites junto aos órgãos de fomento, deve ser estimulada e planejada.

3. A estrutura organizacional do Centro Escola do Instituto de Psicologia também merecerá ser discutida, além do seu inegável papel para a formação e para a pesquisa no IP. Um levantamento atualizado sobre as principais dificuldades vividas ali pelos serviços precisará ser conduzido. O apoio (ou a condução) do CEIP às iniciativas recentes do IP para enfrentar a pandemia podem sugerir caminhos de interesse para novos projetos e novas iniciativas, os quais possivelmente implicarão reestruturações organizacionais, sempre pensadas em consonância com seu Conselho Gestor. Do mesmo modo, os Serviços de Psicologia Escolar, Aconselhamento Psicológico, Rede de Atenção à Pessoa Indígena, Clínica Psicológica Durval Marcondes, Orientação Profissional e Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho, que vem constituindo um esteio fundamental para a formação estudantil, junto com a totalidade do CEIP, deverão ser considerados, e suas necessidades estruturais e de pessoal, enfrentadas.

4. A Biblioteca Dante Moreira Leite deve ter suas necessidades infraestruturais atendidas com urgência, e as reformas já iniciadas em sua cobertura devem ser

consideradas prioritárias para o IP. O papel que a Biblioteca sempre desempenhou como salvaguarda maior da qualidade intelectual do Instituto deve ser estimulado. Ela esteve na vanguarda da produção científica em Psicologia na América Latina, nas últimas décadas, à frente das mudanças que o campo científico viveu pela introdução massiva da tecnologia de informação, e este protagonismo, de elevada importância para o Instituto, deve ser mantido e reinventado à luz dos novos meios de comunicação científica. Também será muito importante cuidar dos encaminhamentos necessários relativos ao Museu de Psicologia do IP.

No âmbito do cultivo de nossa memória institucional, devemos ainda destacar a importância, no decorrer de 2020, de dar prosseguimento às reuniões e aos preparativos que vêm sendo realizados para possibilitar a efetivação das comemorações dos 50 anos do Instituto de Psicologia. Apesar de que talvez essas comemorações sejam impedidas pelas consequências institucionais do isolamento físico, é fundamental que a administração do IP cuide para que, assim que houver condições, a data significativa seja celebrada com a dignidade a que o Instituto faz jus.

5. Uma séria reflexão sobre as formas de controle e registro do trabalho, especialmente consubstanciadas no uso do relógio de ponto, deve ser conduzida seriamente. O período de isolamento físico trouxe novidades neste processo, não isentas de dificuldades para as chefias e os funcionários, e uma discussão aprofundada merece ser levada adiante. Considerando o cenário incerto que nos aguarda, em que períodos de teletrabalho podem se tornar recorrentes, é necessário que o IP estude o assunto, reflita sobre suas características e se antecipe aos problemas que podem ocorrer.

A situação dos funcionários terceirizados será alvo de nossa dedicação específica. Sabemos da atenção cuidadosa com que sua situação tem sido considerada, ao longo dos anos, e gostaríamos de manter esta postura. Além disso, pretendemos sugerir um debate profundo sobre o papel do trabalho terceirizado na USP, suas consequências, eventuais problemas, e os caminhos que a Universidade pode trilhar a este respeito.

6. Problemas infraestruturais prementes e já atacados, com energia, nos últimos anos, devem ter seu encaminhamento mantido e intensificado. Como exemplos: a

cobertura dos prédios segue apresentando problemas de difícil solução, em termos técnicos e orçamentários; o biotério continua a demandar solução infraestrutural e de pessoal; um espaço para alimentação ainda é uma necessidade e impõe questões institucionais de difícil encaminhamento. Decididos esforços anteriores para enfrentar esses problemas, que, em muitos casos, foram extremamente bem-sucedidos, mostram, por outro lado, o grau de dificuldade envolvido e a necessidade de atenção constante.

A reinvenção dos espaços no IP precisa ser mantida, *pari passu*, com as próprias transformações sociais. Iniciativas de elevado valor cultural e social, como é o caso da proposta da criação de uma Praça das Culturas Indígenas nas dependências do Instituto, que merece detida consideração e apoio, em consonância com o que já vem sendo realizado, por meio da articulação com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e da gestão junto à Superintendência de Espaços Físicos. O prosseguimento dos estudos sobre o uso do espaço físico, em geral, é imperativo, considerando-se a intensa dinâmica institucional dos últimos anos, com muitas aposentadorias e novas contratações de docentes.

Ao mesmo tempo, um levantamento dos laboratórios (de estudo, experimentais, didáticos, entre outros) existentes no IP, bem como de suas necessidades e usos, será de fundamental importância para uma reflexão rigorosa sobre a questão dos espaços no Instituto. Além disso, os aspectos organizacionais dos laboratórios - ou seja, seu status no organograma, o ordenamento normativo de seu funcionamento, a criação de um grupo de servidores docentes e técnico-administrativos para conduzi-los, entre outras questões - receberão atenção especial, por serem os laboratórios instrumentos formativos de elevado valor e precisarem, muitas vezes, de um pequeno apoio para terem seu impacto pedagógico multiplicado. A direção do IP deverá aproximar-se das chefias dos departamentos para auxiliá-las em qualquer reformulação necessária a este respeito.

7. Por fim, como estímulo ao caráter público e gratuito da Universidade de São Paulo, devem ser seriamente estudadas estratégias para a adoção de softwares livres e de código aberto pela administração. A adoção de padrões de *open document* pode ser um passo inicial valioso na criação desta cultura.

Convívio Institucional

*cada dia, em sua sina,
faz o seu próprio destino
somos um e todos,
sempre*

Nesta vertente, reside o “coração” pulsante que gostaríamos que animasse nossa gestão, desde que é no espaço das fronteiras que as alteridades são convocadas a delinear seus contornos identitários de modo mais exuberante. Justamente, por isso mesmo, é na tensão que as atravessa que reside o exercício trabalhoso do convívio verdadeiramente democrático, em que é mobilizado o respeito genuíno às expressões das diferenças e da diversidade, no vasto universo que abriga as mais variadas formas de singularidades.

É a vertente que evidencia as ressonâncias das nuances políticas de nosso trabalho e que atravessa todas as atividades, em todos os âmbitos, que nos são pertinentes.

Portanto, a dimensão que aqui chamamos de “convívio institucional” implica reconhecer as especificidades que marcam nossas trajetórias singulares e, ao mesmo tempo, o quanto nossos caminhos são marcados pelos coletivos dos quais fazemos parte. Nossos grupos de pesquisa, nossos departamentos, nosso Instituto e nossa Universidade definem fronteiras não estanques em que nos movemos. Isso significa reconhecer que as trajetórias e posições de nossas e nossos colegas de IP não são unilineares, pois somos seres múltiplos, “identidades plurais”; que os departamentos são complexos e multifacetados; que o próprio IP é diverso; e que, ainda assim, nosso pertencimento a esses coletivos implica distinções frente a outros coletivos, distinções que operam no sentido de um maior delineamento de nossos contornos como “uma unidade”, que é “uma unidade plural”, no bojo do jogo de forças que nos constitui enquanto tal.

Esta vertente se desdobra em três direções: na dinâmica das interfaces internas no âmbito do IP; nos intercâmbios pertinentes à relação do IP com as outras unidades da USP, com a Reitoria e com os órgãos centrais da Universidade; nas múltiplas interfaces com a sociedade, entre elas: órgãos governamentais, órgãos de fomento,

associações de classe, associações comunitárias, ANPEPP, associações científicas.

1. No âmbito regional de nosso cotidiano no IP, já enfatizamos a atenção especial exigida por este momento peculiar em que vivemos, que tem nos obrigado a descristalizar agendas e hábitos já conhecidos, tanto em nossa vida familiar, como em nossos compromissos profissionais. Supomos que, não sem dificuldade, e mesmo, sem escolha, temos sido compelidos a exercitar nossa criatividade em ambas as esferas. Mas, quem sabe, para além de tantos obstáculos e tensões, poderemos alcançar inéditas descobertas sobre recursos dos quais não suspeitávamos, ou que ficavam à espreita, para virem à luz no momento oportuno? Seja do ponto de vista das singularidades, seja do ponto de vista coletivo?

Não estarão abertas oportunidades, ao longo desse processo, de questionamentos profundos sobre nossas práticas cotidianas e sobre a relação entre a Universidade e a sociedade mais ampla? Não teríamos a oportunidade de transformar de maneira mais ou menos radical a “normalidade”, criando práticas cuja novidade vá além do uso de recursos virtuais? Enfim, de pensar e de praticar uma universidade mais próxima de nossos sonhos, menos produtivista e mais vital?

Afinal, fazemos parte de uma unidade da USP muito peculiar, em termos da variedade de objetos de investigação à qual nos dedicamos, dos conteúdos das disciplinas que ministramos e das inúmeras ações concretas, derivadas da pluralidade de nossos repertórios teórico-metodológicos, que são empreendidas em muitos segmentos da vida social. Estamos imersos nas emoções e nas reflexões produzidas por este momento de crise generalizada, à qual a palavra “desafio”, que se presta tão bem, em todos os âmbitos, pode ser apropriada de modo mais específico, por nossas idiossincrasias como unidade acadêmica dentro da USP, no sentido de se recortar como um objeto passível de investigação e na perspectiva dos frutos aos quais pode nos conduzir. Como, por exemplo, eventuais contribuições para rearranjos internos que se fazem necessários, nas três vertentes que optamos por nomear: acadêmica, administrativo-financeira e convívio institucional.

Entre as tarefas pertinentes ao convívio institucional e à comunicação que a administração do IP deverá conduzir, algumas merecem referência direta.

Durante o período de isolamento físico, a tarefa de articular os inúmeros esforços dos vários âmbitos do Instituto, que de todo modo ocupa posição central em nosso programa, terá ainda mais relevância por ocorrer sob situação de restrição da comunicação, cenário jamais observado plenamente em nossa Universidade. Isso significa que a coordenação eficiente das atividades será ainda mais decisiva. Nesse cenário, “coordenação” não significa uma rígida cadeia de comando com elevado grau de controle, mas a possibilidade de elevado grau de autonomia das várias instâncias (Comissões, Conselhos, Serviços), conjugada à intensa comunicação das decisões tomadas e das dúvidas ou dificuldades surgidas nos processos decisórios. Ou seja, em momentos como este, é ainda mais importante contar com o envolvimento ativo e responsável, contínuo e dedicado dos coletivos organizados do IP (tanto estatutários quanto não estatutários). A adaptação ao uso dos recursos tecnológicos e comunicativos que nos permitam chegar a esse tipo de articulação deverá ser alvo de cuidado e de dedicação da direção do IP.

Ao mesmo tempo, dois aspectos desta conjuntura devem ser considerados. Ambos derivam da perplexidade e do sofrimento eventualmente produzidos pela impossibilidade do contato face a face e que atinge toda a comunidade do IP – servidores docentes e técnico-administrativos, discentes, prestadores(as) de serviço, funcionários(as) terceirizados(as), usuários(as), entre outros. Por um lado, a ansiedade decorrente de lidarmos com decisões, muitas vezes, urgentes e de grande responsabilidade, e de estar vedado o acesso físico, presencial, aos lugares onde tais decisões são julgadas e encaminhadas, pode ser dirimida - mesmo que não anulada - por estratégias de comunicação mais rápidas sobre a tramitação das discussões e das decisões. Por outro lado, o próprio sofrimento inerente à situação precisa ser reconhecido, tematizado e enfrentado. Esta situação é particularmente importante quando se consideram os discentes.

É talvez possível e desejável que a direção estabeleça, tendo esse panorama em vista, um canal central de comunicação da síntese das principais decisões tomadas, semana a semana, no IP. Tais informações podem ser veiculadas por escrito ou, preferencialmente, por meio audiovisual, com mensagens curtas que permitam posicionar os colegas sobre a situação do Instituto. O IP-Comunica pode ser responsável pela elaboração da mensagem e pelo planejamento das melhores formas de veiculá-las.

Após o período de isolamento físico, a manutenção desse canal deve ser reavaliada, mas talvez continue sendo necessária, tendo em vista a complexidade dos acordos que deverão ser firmados, frente à heterogeneidade das situações que serão enfrentadas. Aliás, um desenho decisório que, respeitando o ordenamento jurídico da Universidade, estimule a descentralização, com intensa articulação dos diversos coletivos do IP, será ainda mais importante na retomada das atividades presenciais.

Do ponto de vista de nossos órgãos colegiados, entendemos ser fundamental zelar para que as atividades de representação relativas aos servidores docentes e técnico-administrativos e discentes, no âmbito dos Conselhos Departamentais, da Congregação, das Comissões estatutárias e não-estatutárias e das demais instâncias coletivas do IP, possam se concretizar de tal forma que sejam garantidas as circulações efetivas de ideias, propostas e posições as mais variadas, pertinentes às temáticas de interesse da comunidade do IP. Esse modo de funcionamento, tendo como horizonte a democratização das decisões, também dá suporte para a atuação de nossos representantes junto aos órgãos colegiados da USP.

2. Do ponto de vista acadêmico, já mencionamos a necessidade de articular a ação do IP com a de outras unidades da USP a fim de potencializar o alcance do conhecimento produzido, tanto em termos acadêmicos quanto de suas repercussões para a promoção de transformações sociais relevantes, além da importância dessas articulações para a formação das(os) alunas(os).

Do ponto de vista político, é crucial que estreitemos nossos laços institucionais com as outras unidades da USP, no sentido do convívio de ideias, de discussão e do encaminhamento de formulações propositivas em relação a questões fundamentais que mobilizam a comunidade acadêmica e em relação às quais a Psicologia deve ocupar o lugar que lhe cabe, em termos de suas especificidades e das contribuições que pode oferecer. Nesse sentido, as atividades de representação da Congregação junto ao Conselho Universitário (CO) constituem um espaço privilegiado para que essa interlocução possa convergir para uma participação significativa, amparada numa dinâmica coletiva, envolvendo representantes de outras unidades da Universidade.

De modo que o IP deve estar atento, por intermédio de seus representantes, para a importância sistemática conferida a atividades de interlocução, de cunho interno à USP, da USP com as outras universidades públicas paulistas e federais, da USP com os governos estadual e federal e da USP com os órgãos de fomento. Esperamos que essa circulação crie condições para que o IP possa contribuir não só em espaços de reflexão e de discussão, mas, também, no âmbito de encaminhamentos de cunho decisório.

Especialmente relevante para o IP é sua condição peculiar de ser composto por áreas pertinentes aos domínios das Ciências Humanas e Sociais e das Ciências Biológicas, o que confere a nossa unidade uma vocação para o diálogo interdisciplinar e para a interlocução concreta, em termos de ensino, pesquisa e cultura e extensão com outras unidades da USP. Também aqui se insere a importância do debate sobre os parâmetros que regem o amplo espectro dos veículos de avaliação, no âmbito dos docentes, das unidades e das produções bibliográficas, cuja reflexão merece ser levada a cabo de modo consequente, na medida em que se deveria levar em conta as peculiaridades no modo de produção de conhecimento de áreas muito diversas. Outra modalidade do exercício de fronteiras que nos cabe estimular e cultivar.

Essas questões nos alinham diretamente à importância de nossa interlocução com a Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT), dado o alcance das repercussões de suas decisões, no âmbito da avaliação das atividades docentes. O debate que envolve suas atividades já é por demais conhecido entre nós e podemos prescindir de descrever o trajeto de nossas insatisfações em relação a elas. Basta enfatizarmos que um funcionamento que abarque, de modo abrangente e democrático, os inúmeros coletivos e colegiados do IP, espera possibilitar condições para a criação de instrumentos que nos deem suporte não só para o enfrentamento de decisões que, eventualmente, entendermos como equivocadas, como também para contribuirmos, de forma construtiva, para as atividades pertinentes a essa Comissão.

Também é imprescindível que o IP se aproprie dos canais necessários, em termos de convívio institucional, com a Comissão de Avaliação Docente (CAD) e com a Comissão de Avaliação Institucional (CAI), considerando-se a importância que elas vêm adquirindo no bojo das atividades de avaliação que nos atingem a todos, no

sentido de veicular, sempre que possível, alternativas mais construtivas de avaliação, que reconheçam e respeitem, de fato, nossas especificidades institucionais e nossas singularidades como docentes e pesquisadores.

Entendemos que o reconhecimento e o respeito, nos âmbitos singular e coletivo, devem ser o suporte fundamental para o convívio institucional entre nós, desde que podem garantir a atmosfera mais favorável para nos confrontarmos com as inevitáveis adversidades e dificuldades que atravessam a vida institucional, assim como podem nos munir dos melhores ingredientes para torná-la mais leve e prazerosa, sempre que possível.

3. Do ponto de vista de sua relação com a sociedade em geral, ou seja, para além dos muros da Universidade, o Instituto de Psicologia vem mostrando, ao longo de sua existência, uma conexão vital com a realidade brasileira, desempenhando papéis de grande relevância, na conversão do conhecimento criado na área da Psicologia em práticas transformadoras das relações sociais, nos domínios da educação, do trabalho, do ensino, das relações de gênero, dos direitos ambientais, da crítica à violência e ao preconceito (em suas várias manifestações), da saúde e da defesa dos direitos humanos e animais, entre muitos outros âmbitos. A continuidade desse seu protagonismo não pode se dar sem que o IP mantenha proximidade com os principais atores sociais da realidade brasileira. Cuidar de sua relação com os governos e a sociedade civil é de crucial importância para que o Instituto mantenha-se capaz de responder aos graves problemas que acometem o país.

Assim, desenvolver estratégias de diálogo com setores do governo, especialmente nas áreas em que a Psicologia vem sendo tradicionalmente chamada a se pronunciar, é condição para que o IP possa realizar parte de sua vocação histórica, relativa à influência na criação de políticas públicas voltadas para o combate às desigualdades sociais. Novas áreas de estudo e de pesquisa, como a dos problemas urbanos e rurais, vêm acrescentar campos distintos e, em muito casos, inexplorados de atuação, os quais merecem resposta a partir de um debate profundo sobre as formas pelas quais os diversos níveis governamentais vêm se posicionando e agindo. Além disso, o debate sobre as formas de financiamento da formação superior e da pesquisa é campo que merece dedicação dos dirigentes da

principal universidade do país. No momento, esse aspecto é extremamente relevante, se considerarmos que vivemos em período de radicalizada oposição ao conhecimento científico, por parte de setores do governo, e de manifesta hostilidade a áreas importantes dos saberes “psi”, que se criam na interface com as Humanidades e com as Ciências Sociais. A defesa do financiamento sustentado e satisfatório à saúde pública, à educação pública de qualidade em todos os seus níveis, a uma segurança pública que preserve a dignidade dos cidadãos e o respeito aos direitos humanos, à habitação, à mobilidade, a um ambiente equilibrado, à segurança alimentar, a um ambiente de cuidado e proteção integral às crianças e aos adolescentes - essas são, enfim, algumas das pautas para as quais o Instituto de Psicologia contribuiu e seguirá contribuindo, com seus estudos e sua atuação profissional e cidadã.

O IP também vem desempenhando papel central no impulsionamento da Psicologia como ciência e profissão no país. Ao longo dos anos, o Instituto teve pioneirismo na profissionalização da Psicologia e na introdução e desenvolvimento de campos de pesquisa e de atuação. Em grande medida, sua contribuição pode ser reportada à participação de nossos(as) docentes e discentes em associações profissionais e científicas, entre as quais mencionamos, como exemplos, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), a Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), entre inúmeras outras organizações de relevância. Também devemos destacar o papel fundamental desempenhado por membros do Instituto, em Conselhos profissionais de todo o país, como, por exemplo, nos Conselhos Regionais de São Paulo e do Rio de Janeiro e no Conselho Federal de Psicologia. Portanto, a administração do Instituto precisa considerar como crucial o apoio e o estímulo à continuação da participação de nossas(os) docentes e discentes em tais organizações.

Além disso, uma profunda discussão sobre formas de aproximação do Instituto de Psicologia em relação aos coletivos sociais, políticos e culturais do país, especialmente aqueles voltados à defesa dos direitos humanos e ao combate à violência, à desigualdade e à discriminação, deve ser conduzida cuidadosa e sistematicamente. Concomitantemente à abertura da Universidade a estudantes oriundos das camadas populares, novos temas e novas questões surgirão no seio

do próprio Instituto, mudança que se converte em uma das principais razões, além da pura e simples salvaguarda à justiça social, para a defesa intransigente das políticas de inclusão social.

Mesmo assim, sem que o IP faça um movimento enérgico em direção aos coletivos acima mencionados, ele corre o risco de, contrariamente a sua própria tradição, alhear-se da realidade que lhe cumpre estudar, conhecer e transformar. Lideranças sociais, dirigentes de organizações formais ou informais, participantes de movimentos sociais, comunidades tradicionais, grupos minoritários - a postura do Instituto de Psicologia frente a esses atores não deve jamais se reduzir à tendenciosa ideia de "tolerância", mas à busca incessante e sistemática por constituir verdadeiras comunidades interpretativas.

Enfim, são *Vastas fronteiras* que anunciam as múltiplas dimensões dos *Mundos plurais* que atravessam a complexidade de nossos fazeres cotidianos, de nossas ações concretas, de nossas densas histórias de expectativas, de frustrações, de realizações e de sonhos.

São Paulo, 12 de junho de 2020.



Ana Maria Loffredo



Gustavo Martineli Massola
Gustavo Martineli Massola

Breve percurso acadêmico

Ana Maria Loffredo

Professora do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, desde 1984, no qual é Professora Associada do Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade. Fez graduação em Psicologia no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (1971), Mestrado em Psicologia, no Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1975), Doutorado em Psicologia Clínica, no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (1992) e Livre-docência em “Metapsicologia freudiana”, no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (2012). Especialização em “Gestalt terapia”, no Instituto *Sedes Sapientiae* (1982) e Especialização em “Fundamentos Filosóficos da Psicologia e da Psicanálise”, no Centro de Lógica e Epistemologia da Unicamp (1994). Foi professora do Departamento de Psicologia do Instituto de Biologia da Universidade de Brasília (1975-1978), do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1979-1981) e do Curso de Especialização em Gestalt Terapia do Instituto *Sedes Sapientiae* (1982- 1988). Professora, orientadora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, no qual se insere na Linha de Pesquisa “Instituições educacionais e formação do indivíduo”, à qual se articula um conjunto de pesquisas vinculadas ao Laboratório de Psicanálise e Análise do Discurso (Lapsi-PSA), do qual é uma das coordenadoras. Foi integrante do Mestrado Interinstitucional (1997-2000) e do Doutorado Interinstitucional (2001-2005), estabelecido entre o Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, Instituto de Psicologia da USP e a Universidade Federal de Rondônia. Membro filiado da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, desde 1999 e do Centro de Estudos em Teoria dos Campos (CETEC), desde 2006. Membro de Comissão Ampliada de Reestruturação Curricular do Instituto de Psicologia da USP, de 1998 a 2003. Membro da Comissão CAPES-ANPEPP da Avaliação de Periódicos da área de Psicologia, de 2005 a 2006 e da Comissão de Credenciamento de Periódicos da USP, de 2006 a 2009. Integrante da Comissão Editorial do Jornal de Psicanálise, da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, de 2005 a 2008 e Editora da Revista Psicologia USP, do Instituto de Psicologia da USP, de 2003 a 2012. Prestou assessoria ao Comitê Temático em Psicologia, Programa SciELO/FAPESP. Participou de atividades pertinentes ao convênio do Instituto de Psicologia da USP com a Universidade Paris 7, de 2009 a 2016. Representante titular dos

docentes do Instituto de Psicologia da USP na Associação dos Docentes da USP (ADUSP), 1997-1999. Representante titular da Congregação do Instituto de Psicologia da USP no Conselho Universitário da USP (CO), 2000-2002. Representante suplente da Congregação do IP no Conselho Universitário da USP (CO), 2015-2017. Representante titular da Congregação do IP no Conselho Universitário da USP (CO), 2017-2019. Representante titular da Congregação do IP no Conselho Universitário da USP (CO), desde 2019. Chefe do Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade do Instituto de Psicologia da USP, nas gestões 2014-2016 e 2016-2018. Faz parte do Grupo de Anpepp "Psicanálise e Clínica Ampliada". Suas atividades de pesquisa atuais ordenam-se em torno de três eixos principais: especificidades do modo de produção de conhecimento na psicanálise; questões proeminentes da clínica psicanalítica contemporânea; interfaces da psicanálise e sua implicação no âmbito da "Clínica extensa".

Gustavo Martineli Massola

Professor Associado do Departamento de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP). Graduado em Psicologia pela USP (1997). Mestrado e Doutorado em Psicologia Social pela USP (2001 e 2005) e Livre-Docência em Psicologia Socioambiental pela USP (2020). Editor-chefe da revista Psicologia USP (2012-2020). Chefe do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho (PST, 2019-2020). Coordenador da Comissão Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (2017-2019). Vice-chefe do PST (2017-2019). Vice-presidente da Comissão de Pós-Graduação do IP-USP (2018-2020). Orientador de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Membro das diretorias da Associação Brasileira de Psicologia Ambiental e Relações Pessoas-Ambiente (ABRAPA - 2019-2020) e da Associação Brasileira de Editores Científicos em Psicologia (ABECiPsi - 2014-2020). Membro do Grupo de Trabalho em Psicologia Ambiental da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP). Editor associado da *International Perspectives in Psychology: Research, Practice, Consultation* (2018-2020) e da *Political Psychology* (2020-). Coordena os Convênios Acadêmicos Internacionais entre a Universidade de São Paulo e a Universidade A Coruña (Espanha), a Universidade de Valparaíso (Chile), a Universidade Popular Autônoma do Estado de Puebla (México) e o convênio de dupla-titulação entre a Universidade de São Paulo e a Universidade de Málaga (Espanha). Atua na área de Psicologia Socioambiental, principalmente nos seguintes temas: enraizamento, apego e identidade de lugar, constituição psicossocial da identidade, psicologia social, crime e prisão.